

SPN30

Sindicato dos Professores do Norte
30º aniversário



Anos 90/2000:
consolidação e valorização da carreira docente

Quem escreve às arrecuas, isto é, quem escreve em 2012 sobre a última década de 90 tem, naturalmente, uma perspetiva diferente daquela de quem o faz em cima do acontecimento. Escreve com maior distanciamento, o que lhe permite, como alguém escreveu, uma análise livre “da espuma dos dias”. Isto para dizer que esta separata se intitula *Consolidação e Valorização da Carreira Docente* porque se pretende evidenciar o ganho que a classe docente obteve naquele período, já que, em bom rigor, a epígrafe apenas se aplica à segunda metade da década. Efetivamente, esta perspetiva, mais perto da análise histórica, permite constatar a existência de dois períodos completamente distintos, fruto de duas posturas políticas, se não diametralmente opostas, pelo menos muito diferenciadas. Uma, aqui intitulada *A Segunda Era Cavaquista*, caracterizada pela arrogância, pelo autoritarismo e por uma completa miopia política; a outra, *A Paixão pela Educação* descrita em tons mais transparentes, esclarecidos e dialogantes. É sobre a caracterização destes momentos, das respetivas políticas educativas, do relacionamento com o movimento sindical docente e da luta dos educadores e professores que incide esta separata nº 4 da SPN-INFORMAÇÃO, integrada nas comemorações do 30º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte.

A segunda era cavaquista

O primeiro momento, coincidente com o final da primeira maioria e a segunda maioria de Cavaco Silva, ocupa os primeiros cinco anos da década, altura em que ao som de um forte e ruidoso buzirão, o governo caiu. Esta fase foi marcada por uma postura economicista, autista e arrogante de um Ministério da Educação (ME) que teve três inquilinos mais preocupados com a gestão económica e com a regulamentação dos deveres dos professores do que com os problemas que realmente afetavam a educação e o ensino e os seus profissionais.

Foi um período de (mais uma) tentativa de reforma, supostamente inovadora, mas que, sendo exógena aos professores e às escolas, não soube cativar nem incentivar ninguém e, por isso, fracassou por completo em todas as frentes: no programático/curricular, no modelo de avaliação dos alunos, na organização de um sistema de avaliação do desempenho docente e da formação contínua dos professores ou da administração e gestão das escolas, apresentada como

a joia da governação cavaquista para a educação. O ministério deveria sabê-lo: medidas impostas do centro para a periferia, pensadas pela Administração Central e mandadas aplicar às escolas, não partilhadas e sem nenhum trabalho de envolvimento e compromisso entre o centro decisor e o executante, podem ser muito bem desenhadas, mas não resultam.

Havia que, primeiro, ganhar os professores, considerá-los atores implicados, em vez de meros agentes de transmissão, conhecer os contextos, as condições concretas, envolver os principais interessados na discussão e preparação, para que a mudança acontecesse *de facto* e não *de jure*. Não se forçam nem se decretam mudanças; elas acontecem com pessoas motivadas, estimuladas e implicadas. Mais um erro histórico, tantas vezes cometido, mas nunca aprendido. O próprio ministro Roberto Carneiro acabaria por reconhecer que “se fosse hoje, faria tudo diferente”. Não fez! E não fizeram os que se lhe seguiram. E não foi por falta de aviso...

“Se a educação é cara, experimentem a ignorância”

Situemos a década. Quando era expectável que a aprovação do Estatuto da Carreira Docente (ECD) seria uma alavanca na motivação dos professores, deu-se o efeito contrário. Nos primeiros anos de '90, vamos encontrar uma classe com um crescente e generalizado descontentamento, algo desorientada, que não vê qualquer solução satisfatória para os muitos problemas que enfrenta, com uma completa ausência de estímulos e envolta em múltiplas e complexas tarefas a que é chamada a dar resposta, para muitas delas sem qualquer tipo de preparação.

1990 foi ano de congelamento. Ninguém sabia muito bem como se processaria a transição para a nova carreira, e quando se soube, foi uma desilusão; o ME foi atacado por uma diátribe qualquer que lhe dava para o frenesim legislativo; e das muitas matérias resultantes do ECD que necessitavam de regulamentação, os professores só enxergaram deveres e obrigações. A ordem era poupar, poupar, o que inspiraria António Teodoro – primeiro secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – para uma das frases mais emblemáticas do sindicalismo docente: “Se a educação é cara, experimentem a ignorância” (1991). Eram à volta de três dezenas as matérias que necessitavam de regulamentação, com a avaliação do desempenho docente à cabeça e a correspondente candidatura que possibilitaria a promoção ao 8º escalão. A formação do pessoal docente (inicial, contínua e especializada), a definição dos mestrados e doutoramentos, as condições de acesso a cursos especializados para a atribuição de licenciatura ou a definição das habilitações relacionadas com a docência e a regulamentação a respeito das formações acrescidas; a (re)definição dos quadros distritais, de zona pedagógica ou de escola, o que requeria a revisão das regras dos concursos; a equiparação a bolseiro, a licença sabática ou a dispensa para formação; as regras para destacamento, comissão de serviço, dispensa ou redução da componente letiva; o período probatório, as condições para acumulação ou permuta, contratação e intercomunicabilidade nas carreiras; a contagem do tempo de serviço; os incentivos à fixação dos professores em zonas isoladas ou degradadas eram outras matérias que, a par de tanta, quer seja pela via do decreto-lei, da portaria ou do despacho, careciam igualmente de regulamentação. Enfim, como se escreveu na altura, um estatuto que tem tantas “regulamentações complementares não é um estatuto, é um buraco”.

Deste rol bem vasto, os sucessivos ministros da educação (três) preocuparam-se essencialmente com a avaliação de desempenho e com questões relacionadas: candidatura e créditos para progressão na carreira. A primeira é tratada mais adiante [pág. IV]. Sobre os créditos, os professores consideravam que desvirtuavam por completo o sentido

da formação contínua. Ainda no âmbito da avaliação de desempenho, a existência de um avaliador externo era coisa inadmissível.

Ontem como hoje

Se se quiser encontrar uma medida que beneficiasse os educadores e professores, com muito boa vontade, pode considerar-se a portaria da contagem do tempo de serviço. Não porque fosse ao encontro dos desejos dos professores, pois protelava a progressão nos escalões por anos e anos a fio, mas porque, pelo menos, permitia a contagem progressiva do serviço prestado, cuja única garantia era que, pelo menos à data da aposentação, a *coisa* batia certo. Ou bateria, não fossem as diversas deformações provocadas pela sua aplicação no que toca aos docentes que nela não constavam e que se viam impedidos da progressão normal na carreira, com o pretexto de que não podiam ultrapassar os restantes – não podiam ultrapassar, marcavam passo e, como não constavam na tabela, nunca recuperariam esse tempo.

Em suma, com esta política economicista, com uma reforma que passou ao lado da escola, com a contagem integral do tempo de serviço por fazer e a regulamentação da avaliação de desempenho que os professores se confrontam nestes tempos conturbados, sintetizados nessa espécie de slogan que ficou famoso: *A candidatura não se regula – rejeita-se. O tempo de serviço não se negocia – conta-se. Diretor executivo = Patrão das escolas*. Qualquer similitude com a atualidade não é coincidência.

No que diz respeito à luta dos professores, destacam-se dois momentos:

- a greve às avaliações: 1990, considerado o ano-zero do ECD, fora ano de congelamento, e '91 não começara nada bem, pois, por ordem do ME, houve um abaixamento dos salários dos professores – quatro dias de greve às avaliações do 2º período resolveram a questão;
- a greve às horas extraordinárias: foi a greve mais duradoura da classe docente – 100 dias, tempo necessário para que Manuela Ferreira Leite percebesse que não podia inventar fórmulas de cálculo baseadas nas 35 horas semanais, pois isso fazia com que os professores recebessem menos de 38% do que estava legalmente consagrado; foi uma vitória com sabor estranho, porque a recompensa material foi para quem não aderiu à greve – quem aderiu, não trabalhou, e por isso não usufruiu. Ficou o registo de que a luta pela dignidade e pela defesa dos princípios não tem preço.

O fim da candidatura

Pela importância de que se revestiu e pelo simbolismo que ocupa na luta dos professores, a questão da candidatura justifica um destaque. Não restam dúvidas de que a luta contra a candidatura ficará para os anais da história do sindicalismo docente como um exemplo de vontade, querer e perseverança dos professores mobilizados em torno das estruturas sindicais que realmente os representam. Recorde-se que a prova de candidatura ao 8º escalão constituiu uma das principais razões por que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) não assinou um estatuto pelo qual tanto lutara – ainda não tinha sido contemplada no Estatuto da Carreira Docente (ECD) e já se podia encontrar abundante literatura contra a sua existência na imprensa sindical.

A candidatura consistia na defesa pública de um trabalho académico perante um júri, supostamente avalizado, de reconhecido mérito, que proferia a classificação final e o professor poderia aceder ou não ao escalão seguinte, pois tal passagem dependia da existência de vagas decretadas em conjunto entre os ministérios da Educação e das Finanças. Situada na passagem do 7º para o 8º escalão, substituiu o conceito de progressão pelo de promoção, suportado numa retórica de premiação do mérito e da excelência, pilar fundamental na qualidade do ensino. Assentava numa ideia de que todos os professores são bons até esse escalão, mas os do topo estavam reservados para os melhores. Os outros serviam para dar aulas, mas não eram promovidos, sendo-lhes reservados três índices de progressão que não podiam ultrapassar o do 8º escalão. Não foi tarefa fácil, por vários motivos. Primeiro, vivia-se um cenário político de maioria absoluta; depois, os primeiros tempos da sua aplicação caracterizaram-se por uma certa imagem de brandura que o ministério tentou passar e que se prendia com a quase completa ausência de reprovações (as existentes só confirmavam a necessidade da existência da prova), o que, segundo esta estratégia, desmentia e desacreditava os arautos da desgraça; finalmente, a candidatura tinha os seus defensores, entre eles algumas estruturas que se diziam sindicais.

A força e a vontade dos professores

Foram, portanto, os sindicatos da Fenprof que sempre deram forma e substância a esta vontade férrea, a este crer inabalável de que mais tarde ou mais cedo, sentia-se, haveria de triunfar.

Em todos os congressos, o fim da candidatura era reivindicada exigida; os objetivos das greves e das manifestações traduziam essa necessidade. Processos jurídicos, pedidos de pronunciamento endereçados ao Provedor de Justiça, pedidos de audiências parlamentares e ao Presidente da República, dezenas de petições e de abaixo-assinados, sempre com elevado número de assinaturas (um deles recolheu mais de 55 mil), foram a face de uma luta árdua e prolongada que ninguém conseguiu desmobilizar. De tal forma os professores souberam manter viva a chama da luta que, aquando da queda do governo, o pretendente a primeiro-ministro – em tempos de declarações apaixonadas pela educação ao som da música de Vangelis – se comprometeu solenemente a acabar com a candidatura caso ganhasse as eleições. E ganhou. Disseram os entendidos da análise política que tal vitória, ainda que com maioria simples, se deveu aos educadores e professores...

Promessa feita, primeira tentativa falhada. Formado o novo governo, o Ministério da Educação (ME), assumindo que a candidatura “não era aceitável”, lá veio com o argumento de que era um processo que deveria ser visto e analisado em sede de revisão do ECD – pelo que, e portanto, aquele não era o momento adequado – e de que o ministro das Finanças era da opinião de que... Mas já era tarde!. Seis anos de intensa luta não podiam acabar assim, com uma vaga promessa protelada no tempo. Mangas arregaçadas, toca de sair à rua, recolher mais de 30 mil assinaturas e, em menos de 15 dias, foi posta a ordem natural das coisas – o fim da candidatura.

Por muito estranho que pareça, algumas estruturas ditas sindicais, que sempre defenderam a existência da candidatura, viriam requerer esta grande vitória dos professores. Ninguém ligou!

Vitória dos Professores e da FENPROF



**VALE A PENA LUTAR
A CANDIDATURA ACABOU!**



FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Paixão pela Educação

O protagonista da segunda metade da década dá pelo nome de António Guterres. De lábia sábia, discurso abundante e coração apaixonado, criou uma “legítima expectativa” junto do professorado. A escolha para a pasta da Educação também pareceu acertada – o presidente do Conselho Nacional de Educação, Marçal Grilo.

Visto à distância, há que reconhecer, este foi efetivamente um dos períodos de maiores conquistas dos professores. Não se pense, porém, que isentas de luta e determinação. Se alguma coisa os 30 anos de SPN ensinam é que na resolução de problemas ou na conquista de direitos dos professores, nunca nada é pacífico ou facilitado: muitas greves e um número indeterminado de manifestações, concentrações, abaixo-assinados, pedidos de audiências, processos jurídicos, etc., suportam as vitórias dos professores. Neste aspeto, a nova equipa ministerial e as que se seguiram no segundo mandato não foram diferentes das anteriores. A diferença estava numa atitude mais dialogante e na vontade política de resolver algumas das inúmeras questões por resolver.

E não se pode dizer que Marçal Grilo tenha entrado com o pé direito. Disso é exemplo, além do caso da candidatura, a ideia da apresentação do *Pacto da Educação Para o Futuro*, cuja intenção ninguém percebeu muito bem: que foi um ato de propaganda, hoje não restam grandes dúvidas; se serviu para mais alguma coisa, não se descortina o quê. Apresentado na Assembleia da República, constava de 10 compromissos que o ministério assumiria com os diversos parceiros educativos. Os sindicatos de professores eram remetidos para apenas três, relacionados com a perspetiva socioprofissional, isto porque o ministro “não pretendia discutir tudo com todos”, justificava-se. O que mereceria o mais vivo repúdio do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que sempre entenderam que tudo o que diz respeito à educação e aos docentes diz respeito aos sindicatos, seus legítimos representantes.

Afinal, veio-se a ver, o pacto era “mais um estado de espírito do que um documento”, não era para “negociar”, muito menos para “assinar”. Era só para provocar o debate parlamentar. Se assim era, se nem para estabelecer plataformas de entendimento servia, então, argumentou a Fenprof, que se recorresse à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que era uma boa lei, que obteve largo consenso entre os partidos e que tão esquecida andava. Uma trapalhada, que teve alguma projecção mediática, mas que, tal como veio, se foi. Esfumou-se.

Uma herança pesada

Perdidos que foram os primeiros cinco anos da vigência do Estatuto da Carreira Docente (ECD), tudo estava por regulamentar. Ou quase tudo: a contagem do tempo integral de serviço continuava por fazer; a carreira continuava longa; importava garantir, mais uma vez, a paridade com os técnicos e técnicos superiores da Função Pública; os artigos relacionados com as formações acrescidas e com os incentivos à fixação em zonas isoladas ou degradadas estavam por regulamentar; urgia encontrar formas dinâmicas de vinculação dos professores contratados, cujo número começava a ser assustador; havia que estabilizar, de uma vez por todas, o conceito de rede pública da Educação Pré-Escolar, repensar todo o funcionamento do 1º Ciclo – exigindo o grau de licenciatura na formação inicial – e conferir ao setor condições dignas de funcionamento, como por exemplo, a aplicação da LBSE no que toca à criação de um modelo de monodocência coadjuvada ou de equipas educativas; exigir a abertura de negociações para a revisão dos estatutos das carreiras dos professores e investigadores do Ensino Superior; estudar as melhores e mais adequadas soluções para o Ensino Particular e Cooperativo, assim como das instituições particulares de solidariedade social; e, naturalmente, resolver todas as situações particulares que afetavam praticamente todos os professores.

Por aqui se vê que a herança cavaquista era pesada. Só um ministério decidido e com vontade de resolver os inúmeros problemas através do diálogo e da negociação poderia levar de vencida tamanha empreitada.

No primeiro ano do mandato, o ministério aboliu a candidatura, publicou as portarias de mais de 700 jardins de infância, garantiu a paridade com a introdução do adicional de 2% que houvera sido atribuído aos restantes trabalhadores da Administração Pública e atualizou os índices de ingresso e de topo da carreira. Os créditos é que não acabaram – promessa eleitoral falhada!

Posteriormente, regulamentou os artigos referentes às formações acrescidas e especializadas, mas esqueceu-se dos incentivos à fixação em zonas isoladas ou degradadas; resolveu muitos aspetos relacionados com a revisão do estatuto remuneratório, mas lamenta-se a pouca ousadia quanto ao ECD; acordou com os sindicatos a vinculação de muitos professores contratados (estima-se que mais de 10 mil), mas não implementou um regime dinâmico; criou, no segundo governo, o subsídio de desemprego para os professores, mas recusou incluir os professores e investigadores do Ensino Superior.

Ensinar
e aprender
numa sociedade
solidária

**V Congresso
dos Professores
do Norte**

Coliseu do Porto
22, 23 e 24 de Março
de 2000

SPN - Sindicato dos
Professores do Norte



Revisão do ECD e da estrutura da carreira

O processo de regulamentação/revisão dos estatutos da carreira e remuneratório constituiu a mais significativa vitória dos professores.

Embora tenha chegado a bom porto, ou pelo menos a um porto muito aceitável, o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) não foi isento de contradições e conheceu diversos cambiantes. No essencial, os professores alcançaram importantes conquistas como a contagem integral do tempo de serviço; a redução de três anos no tempo de serviço necessário para atingir o topo da carreira (26 anos); a revalorização dos índices de todos os escalões, assim como os referentes docentes contratados, da pré-carreira e do período probatório; a manutenção da paridade com a carreira técnica e técnica superior da Administração Pública; a aplicação de um processo faseado de estabilização da carreira, de duração aceitável, e que antecipou em cada ano de faseamento o acesso ao topo de todos os docentes.

O processo de revisão teve dois andamentos: o primeiro, relacionado com o ECD; o segundo com o estatuto remuneratório. Prolongou-se por mais de dois anos de negociações, caracterizadas por avanços e recuos e pautadas por várias formas de luta: greves, manifestações, concentrações, petições, abaixo-assinados...

Logo à partida, uma questão metodológica dividiu os interlocutores, com o Ministério da Educação (ME) a pretender uma revisão/regulamentação por "envelopes", isto é, por temáticas ou capítulos, que entrariam em vigor logo após a aprovação, e com a Fenprof a exigir uma revisão global. E nesse sentido, a Federação apresentou um projeto.

Fiel à sua perspectiva parcelar, o ministério agendou quatro matérias para negociação: os artigos respeitantes às formações acrescidas e especializadas, os incentivos à fixação em zonas isoladas ou degradadas, os quadros e concursos e a avaliação de desempenho.

Quanto à primeira, o ME apresentou uma proposta, fez ouvidos de mercador às preocupações e dúvidas da Fenprof

e assinou com quem quis. Relativamente aos incentivos, ainda chegou a apresentar algumas ideias, mas rapidamente desapareceram da negociação. No que toca aos quadros e concursos, não desapareceram porque nunca existiram. Restou aquela que verdadeiramente interessava ao ME – a avaliação de desempenho; e daí não saiu, cabendo à Fenprof minimizar as malfeitorias da proposta inicial, que contemplava três "momentos especiais" e a existência de elementos exteriores à escola no processo avaliativo. Quanto aos créditos, lá continuaram, trocando da promessa eleitoral e do programa do governo, que defendia o seu extermínio enquanto elemento obrigatório para a progressão na carreira. Iniciado em 1996, este foi um processo que o ministério deu por terminado passado um ano. E assim, em duas penas, o ECD ficou revisto.

Propostas insatisfatórias

Entretanto, na Mesa 3 da Administração Pública tinham sido revistas as carreiras, e havia a necessidade de se proceder aos devidos ajustamentos na carreira docente, quando não, a paridade estaria novamente ameaçada.

Foram encetadas conversações e, em maio de 1997, a Fenprof assinou com o ME um protocolo que, além de garantir a paridade, abria um processo negocial com vista à revisão do estatuto remuneratório, aceitando a parte ministerial que, nesse contexto, o ECD necessitaria de um trabalho de globalização, pelo que estava disponível para novas negociações. Logo a Fenprof entregou uma nova proposta global para a reestruturação da carreira docente que não esquecia a contagem integral do tempo de serviço e a exigência de uma reestruturação da carreira tendo em conta a redução da sua duração, o encurtamento do leque salarial, uma nova grelha remuneratória e a aproximação de bacharéis e licenciados no ingresso da carreira.

Como não houvesse resposta, foi convocada uma greve nacional, exigindo "uma negociação séria" que conduzisse



a uma “uma carreira digna e valorizada” e o reconhecimento da “função social do professor”. Seguiu-se uma vigília *Pelos Professores e Pela Educação*. Em janeiro cantam-se as “Janeiras” ao primeiro-ministro e o ministro da Educação promete entregar uma proposta para negociação até “meados de Fevereiro”, mas, já em março, afirma não saber quando terá luz verde do governo para a prometida proposta e, enquanto não, aponta baterias para o novo modelo de Administração e Gestão das Escolas, que viu a luz do dia por esses dias.

Perante o silêncio ministerial, em abril processa-se uma nova entrega da proposta sindical, ficando a promessa de que, a partir de então, a Fenprof haveria de comparecer diariamente na Avenida 5 de Outubro para saber de novidades. Não era necessário, pois, então sim, em princípios de maio o ministério tornaria público um documento de trabalho – e tornou: “Execução do Protocolo de Acordo de 5.5.97” (relativo à paridade, assinado por ambas as partes) – e propunha a revogação da portaria da contagem do tempo de serviço para dezembro e a redução da duração da carreira para 27 anos.

Coisa pouca, considerou o SPN, que atribuiu à proposta ministerial a menção de “não satisfaz”. Maio foi mês de Congresso Nacional dos Professores (Fenprof) em Braga, e da análise ao documento considerou-se que continha uma proposta “muito insatisfatória e globalmente negativa”. Foi aprovada a realização de uma manifestação nacional para o final do mês e decidido “apresentar junto de outras organizações sindicais uma proposta de convergência de posições na acção a desenvolver com os professores na defesa de uma carreira valorizada”.

Vitória significativa

Em junho, Fenprof e ME juntam-se e, como de costume, nada. Em consequência do apelo à união, a Fenprof e a Federação Nacional de Sindicatos da Educação (FNE) reúnem e tornam público um documento conjunto onde afirmam

exigências comuns e propõem ações convergentes a partir de setembro – mês em que se realiza nova reunião com os responsáveis ministeriais, que apresentam um novo documento de trabalho contendo vários “cenários negociais”. Como era mais do mesmo, nem sequer serviu de base negocial, pois sobre questões como a revalorização indiciária ou a redução significativa da duração da carreira dos professores, novamente nada.

No Dia Mundial dos Professores, a comunicação social faz eco de uma nova tomada de posição conjunta das federações, que promovem uma conferência de imprensa onde afirmam disponibilidade para um entendimento e avançam com a palavra de ordem 30 de Outubro *ou há Acordo, ou há Greve*. Para que haja acordo, o ME deverá fazer chegar até ao dia 10, uma proposta negocial digna desse nome. Por volta das 21 horas desse dia, numa espécie de *dejá vu*, chega à sede da Fenprof um novo documento de trabalho no qual são apresentados alguns “cenários negociais”. Ter-se-ão enganado? – perguntavam os mais incrédulos. Passados três dias, em nova reunião, confirmar-se-ia que era assim mesmo. Não era engano.

Perante a posição imobilista do ME, tornava-se indispensável uma grande mobilização dos professores para que o ministério se visse obrigado a alterar a atitude antinegocial. Não sem que antes, numa última tentativa, a Fenprof entregasse uma nova proposta com vista à obtenção de um acordo. A 28 de outubro, nova reunião com as partes envolvidas e, finalmente, o ME assume propostas concretas para a reestruturação da carreira docente: aceita a revalorização indiciária em todos os escalões, propõe uma redução de três anos na carreira e faz reportar a setembro os efeitos da contagem integral do tempo de serviço. Não houve greve nacional; houve, isso sim, a assinatura de um “Protocolo Tendente à Celebração de um Acordo” – o acordo propriamente dito foi assinado a 11 de dezembro. Foi uma “vitória significativa”, lia-se no editorial do SPN-INFORMAÇÃO desse mês.



Tendências do movimento sindical

Se na criação de sindicatos após o 25 de Abril prevaleceu o modelo global (sindicatos transversais a todos os sectores) e regional, nos anos 90, fruto da disseminação territorial, as estruturas sindicais sentiram a necessidade de criar federações nacionais para conferir unidade ideológica e organizativa à luta dos docentes. Recorde-se que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) foi criado em 1982 e cofundador da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) em 1983. Esta tendência para a criação de estruturas de dimensão nacional está patente, igualmente, aquando da formação do Sindicato Democrático dos Professores (Sindep).

Duas federações e um sindicato nacional era o que havia na década de 80. O primeiro estudo feito sobre o sindicalismo docente, coordenado por Braga da Cruz [1989], veio tornar pública a correlação de forças entre as estruturas sindicais existentes e concluiu que “a maior federação sindical do país é sem margem para dúvida a Fenprof com 69% dos professores sindicalizados, logo seguida pela FNSP (atual FNE) com 17,8% e pelo Sindep com 4,6%”. A Fenprof era maioritária em todo o país. Com maior implantação em Lisboa (78,8%), atingia os 65% no Norte. Também foram publicados resultados parcelares com a Fenprof a liderar todos os sectores.

Dispersão por habilitações

No final da década de 80 começam a surgir sindicatos nacionais, mas sectoriais ou em função da habilitação científica dos professores. O primeiro terá sido o Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico, especialmente vocacionado para a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo, que surgiu em 1988, ano em que discutia o Estatuto da Carreira Docente. Um ano mais tarde, quando o ME assume a abertura de negociações das carreiras do Ensino Superior, surge o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNEsup). 1992 foi o ano do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados (SNPL) e da Associação Sindical dos Professores Licenciados (ASPL). Mais tarde, em 1996, surge o Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades e um ano após o Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades (Sepleu).

Não cabendo aqui proceder à análise do aparecimento ou da ação destes e de outros sindicatos, que resultaram de circunstâncias várias (político-partidárias, diferentes estratégias de capitalização do descontentamento, contexto

oportuno face à implementação das políticas educativas), é de referir que os vários sindicatos formados em torno da habilitação científica surgem na década em que a formação constituiu uma questão central na política educativa. Efetivamente, esta foi uma área sobre a qual muito se discutiu e legislou. Basta pensar no regime jurídico da formação contínua, na necessidade de oferta formativa, no imenso, e pelos vistos rendoso, mercado que se formou em torno dela, na supervalorização, simbólica e material, conferida pelas políticas educativas às diversas modalidades formativas, na exigência do grau de licenciatura para todos os sectores ou na regulamentação dos artigos do ECD referentes às formações acrescidas e especializadas, para se perceber que a formação foi uma das áreas mais marcantes do campo educativo de '90.

Quem mais lucrou com esta movimentação foram as sucessivas equipas ministeriais, pois, supostamente, este surto deveria dividir a classe (momentos houve de casos complicados), e mesmo considerando a sua diminuta representatividade, sempre alargava o leque de possibilidades para encontrar um parceiro que assinasse os papéis que as estruturas mais representativas dos professores recusassem assinar. Não que isso tivesse grande relevância, porque as medidas tomadas só se efetivam quando implementadas, e não quando são decididas, mas sempre dava para mascarar qualquer coisa. E, demagogicamente, deu para a campanha de descredibilização do sindicalismo docente, através da atribuição de dispensas de tempos letivos para o exercício da atividade sindical, como se veio a verificar na década seguinte.

Associações sectoriais

Mas o movimento associativo dos professores conheceu uma outra tendência nos anos 90, que se iniciara igualmente na década anterior. Trata-se de duas associações: Associação Nacional dos Professores do Ensino Básico (ANPEB) e Associação Nacional dos Professores do Ensino Secundário (ANPES). A primeira, criada em 1985, passou a denominar-se Associação Nacional de Professores (ANP) em 1992; a segunda, criada em 1990, assinou um protocolo de cooperação com uma associação sindical criada três anos mais tarde, a Associação Sindical Pró-Ordem (ASPO) – questão relevante no discurso sindical docente dos anos 90, tendo provocado interessantes discussões, a “Ordem” dos professores surge associada a outras problemáticas, como a ética e a deontologia.

congresso dos
professores
do norte
sindicato dos professores do norte

por uma nova Escola,
nova Política Educativa
afirmando a intervenção dos Professores

10/11/12 Março 93 Hotel Vermar Póvoa do Varzim

uma profissão
viva!

Sindicaliza-te

Sindicaliza-te

Sindicaliza-te

"um sindicato forte"

sindicato dos
professores do norte (SPN)

SPN30
Sindicato dos Professores do Norte